

O futuro já é agora



» JOAQUIN GONZALEZ-ALEMAN
*Representante do Unicef no Brasil
Membros do Conselho Jovem do Unicef no Brasil*

Hoje, tem início a 30ª edição da Conferência das Partes (COP30), e países de todo o mundo, incluindo o Brasil, têm uma responsabilidade que não podem mais adiar: ir além dos discursos e assumir ações concretas, efetivas, que realmente protejam a vida daqueles mais impactados pelas mudanças do clima.

Nós, adolescentes e jovens, sabemos bem o que significa sermos os mais impactados. Não somos os criadores desse sistema que gera poluição, desmatamento e consumo desenfreado de recursos naturais, mas somos nós e as crianças os que mais sentem na pele, de forma desproporcional, os efeitos desse cenário. Somos nós que não conseguimos nos concentrar na aula por conta do calor extremo, que vemos as áreas verdes ao nosso redor diminuírem, que precisamos recorrer a abrigos quando há enchentes ou deslizamentos, e que sofremos com doenças causadas pela poluição.

Vale nos apresentar: somos 20 integrantes do Conselho Jovem do Unicef Brasil, um grupo que busca colocar em prática a participação cidadã de adolescentes por meio do diálogo propositivo com o Unicef e gestores públicos. Temos entre 14

e 22 anos, e viemos de diferentes partes do país: da Amazônia, da Caatinga, da Mata Atlântica; de ilhas, da zona rural e das periferias dos grandes centros urbanos. Nosso coletivo é marcado pela diversidade: há representantes LGBTQIA+, negras e negros, indígenas, migrantes, quilombolas e pessoas com deficiência. Somos diversos, mas temos um pedido em comum.

Discursos bonitos em eventos internacionais não são suficientes para combater as mudanças climáticas nem salvar as pessoas que já estão sendo impactadas por elas. O que nós, adolescentes e jovens, queremos são compromissos verdadeiros. Mais do que palavras, precisamos de ações concretas, tomadas por cada presidente, negociadora, ministro ou primeira-ministra presente antes e depois da COP30. E essas ações precisam ser efetivas.

É hora de reduzir sem atraso as emissões de gases de efeito estufa, de investir em energias renováveis e de promover práticas verdadeiramente sustentáveis.

Além disso, queremos que o Brasil e outros países assumam compromissos com as populações indígenas, quilombolas e tradicionais, que historicamente são as que mais protegem o meio ambiente. É preciso demarcar territórios e garantir os direitos desses povos para que possamos continuar usufruindo do ar limpo, dos rios cheios e da vegetação vasta, que seguem aqui graças ao trabalho deles. Não há como proteger o meio ambiente sem proteger essas pessoas.

Também queremos educação ambiental para cada criança e cada adolescente. Desde cedo, é preciso que todo mundo conheça a natureza,

saiba o que são mudanças climáticas e se some à luta pela preservação do meio ambiente, ajudando a pensar soluções, projetos e tecnologias que transformem a nossa maneira de consumir, comprar e gerar resíduos.

Assinamos este artigo junto ao representante do Unicef no Brasil, Joaquín González-Aleman. Sabemos que ele veio ao Brasil pela primeira vez em 1992, aos 25 anos, na ECO-92, uma das primeiras grandes conferências de clima. Na época, nenhum de nós tinha nascido. Trinta anos depois, somos nós os participantes da COP30. E nos perguntamos: o quanto realmente avançamos no combate às mudanças climáticas?

Já há um consenso importante sobre como enfrentar a mudança do clima, definição de acordos e metas, e a mobilização de muitas pessoas nessa luta. E, ainda assim, a vida de quem é criança e adolescente hoje é pior, quando se trata do meio ambiente, do que de quem vivia naquela época.

Quando falamos de mudanças climáticas, não estamos falando de algo distante. Estamos falando do nosso agora. Por isso, na COP30, pedimos que os líderes nacionais e internacionais escutem nossas vozes: as vozes que vêm das florestas, dos rios, das periferias e das comunidades tradicionais que resistem todos os dias. Sem nós, adolescentes e jovens, não será possível para o Brasil e para outros países que estarão na COP30, encontrar uma solução para as mudanças climáticas.

Não foi feito o suficiente no passado, mas nós somos o presente e estamos aqui para cobrar ações e esperar com as novas gerações. O futuro já é agora.

O papel das bibliotecas escolares para o incentivo à leitura e à formação



» ANA PAULA YAZBEK
Diretora do espaço ekoa, em São Paulo, mestre em educação pela USP e especialista em educação de crianças de 0 a 3 anos pelo Instituto Singularidades

» GIOVANNA PEREIRA
Bibliotecária escolar no espaço ekoa, licenciada em história pela Unesp e bacharela em biblioteconomia pela USP

Vivemos um momento em que a leitura, embora reconhecida por seus inúmeros benefícios, ainda não ocupa o lugar que deveria na vida das pessoas, especialmente de crianças e jovens. Segundo a sexta edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, grande parte da população tem um consumo de livros limitado, concentrado em temas religiosos, didáticos e best-sellers de impacto midiático. Nesse contexto, a escola surge como um ambiente fundamental para transformar essa realidade, promovendo o contato contínuo e prazeroso com a literatura.

Historicamente, a leitura foi instrumento de poder de instituições e grupos sociais. É essencial compreendê-la, assim como o acesso à arte, à informação e à educação, como direitos de todos, fundamentais para a democracia. Uma escola sem biblioteca comunica silenciosamente que a leitura não é importante. Mais do que um espaço físico, a biblioteca representa a oportunidade de revelar aos estudantes que a literatura é uma ferramenta vital para perceber o mundo, expressar emoções e refletir sobre si e o outro. Sua ausência priva os alunos de experiências humanas e universais, fundamentais à formação integral.

A biblioteca escolar é um recurso essencial para o desenvolvimento das atividades de leitura e pesquisa. A falta de valorização desse dispositivo de cultura e informação explica sua ausência em parte significativa das escolas, apesar de sua obrigatoriedade pela Lei 14.837/2024 e da necessidade de gestão por um bibliotecário graduado.

Para que a leitura deixe de ser obrigação e passe a ser um convite, é preciso ressignificar a relação com ela desde a infância. A escola deve criar espaços onde ler seja natural e prazeroso. Ambientes convidativos, com cantinhos acolhedores e livres de estigmas, transformam a biblioteca em ponto de encontro e estimulam o encantamento pelas páginas.

Ler e falar sobre livros deveria ser uma prática cotidiana nas escolas. No entanto, a leitura, por si só, não basta. É preciso criar estratégias que aproximem seus usos escolares dos usos sociais, favorecer a compreensão profunda dos textos e desenvolver a fluência e o hábito leitor. Nesse sentido, destaca-se o papel dos mediadores de leitura, que podem ser professores, bibliotecários ou outros educadores.

Outro aspecto importante é a ampliação do repertório, que muitas vezes se limita ao âmbito religioso, escolar ou midiático. É papel da escola, em parceria com a comunidade, promover a diversidade de temas, autores e estilos, ajudando as crianças a descobrirem que a literatura é uma fonte inesgotável de histórias, emoções e reflexões. Como lembra Chimamanda Adichie, há muitas narrativas esperando para serem contadas, e todos têm o direito e a capacidade de escutá-las e contá-las.

As bibliotecas devem construir acervos amplos e diversos, com qualidade editorial e gráfica, que estimulem a interação do leitor com as histórias e reflitam o contexto social da escola. Devem oferecer recursos que desenvolvam o letramento informacional e o pensamento crítico, sempre em diálogo com o projeto pedagógico e os interesses da comunidade escolar.

Os livros paradigmáticos, embora úteis, não devem ser o único contato da criança com a literatura. A leitura de textos literários em sua forma pura dialoga diretamente com os sentimentos, estimula a imaginação e amplia a compreensão do mundo. A biblioteca deve ser um espaço de descoberta, onde emoções se manifestam e a troca de experiências acontece. Uma biblioteca viva, que acolhe risos, suspiros, lágrimas e descobertas, é uma ponte para o prazer de ler.

A literatura contribui para a formação da pessoa e para o conhecimento da sociedade, convidando o leitor a se confrontar com outras vozes, histórias e vivências. Assim, ele constrói sua história, memória e identidade, valorizando a diversidade cultural existente.

Transformar o Brasil em um país de leitores exige o esforço conjunto de escolas, governos, comunidades e famílias. Começa com pequenas ações: ler para as crianças, criar espaços de leitura sensível, valorizar a diversidade de narrativas e cultivar uma cultura de amor pelos livros. Uma nação leitora desenvolve cidadãos mais críticos, articulados e capazes de transformar sua realidade, ampliando o vocabulário, a capacidade de argumentar e o compromisso com uma sociedade mais democrática.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Regulação da inteligência artificial não pode engessar inovação



» MARCOS FERRARI
Presidente-executivo da Conexis Brasil Digital

O Congresso Nacional tem diante de si uma responsabilidade histórica: definir as bases da regulamentação da inteligência artificial no Brasil. O Projeto de Lei nº 2.338/2023, que estabelece normas para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de IA no Brasil, aprovado pelo Senado Federal e atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, precisa equilibrar dois objetivos igualmente relevantes para o país: proteger os direitos fundamentais em benefício da pessoa humana, sem inibir a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Nesse contexto, um ponto crucial precisa ser levado em consideração: a classificação de “alto risco” para os sistemas de IA empregados na gestão e no funcionamento dos serviços de telecomunicações. Compreendemos o objetivo do legislador de proteger as infraestruturas críticas, aquelas consideradas essenciais para o dia a dia da população. Por outro lado, as redes de telecomunicações já operam com sistemas de IA em aplicações que fortalecem a

eficiência e a resiliência dos serviços, como gerenciamento autônomo de tráfego, alocação dinâmica de recursos, manutenção preditiva, otimização do consumo de energia e proteção cibernética. Esses usos aumentam a segurança, reduzem falhas e garantem a disponibilidade dos serviços de telecomunicações ao cidadão.

A classificação dos sistemas de IA em telecomunicações como “alto risco” tem dois efeitos nocivos. Primeiro, cria um ambiente regulatório desnecessariamente oneroso, impondo barreiras a soluções que hoje funcionam com eficácia e segurança. Segundo, reduz a eficiência das autoridades reguladoras na fiscalização de outras aplicações de IA que poderiam afetar os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana.

É preciso compreender que a IA aplicada às telecomunicações não toma decisões baseada em dados sensíveis, não define acesso a políticas sociais nem afeta a liberdade de expressão. Ela atua, essencialmente, em dados operacionais das redes, otimizando processos técnicos internos. Nessa perspectiva, enquadrar como “alto risco” o uso da IA em telecomunicações seria um equívoco conceitual e regulatório.

As sugestões apresentadas pelo setor de telecomunicações ao projeto de lei — lideradas pela Conexis Brasil Digital em audiência pública recente na Comissão Especial sobre Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados que analisa o PL 2.338/2023 — visam garantir uma regulação moderna, eficaz e

proporcional aos riscos reais. O setor defende que as regras estabelecidas pelo projeto de lei reconheçam o contexto de uso específico da IA; que a avaliação de impacto algorítmico seja feita de forma singular; que a comunicação de incidentes fique restrita ao escopo da lei; e que sejam excluídos do alcance da lei sistemas, aplicações ou usos de IA que operem exclusivamente com base no tratamento de dados operacionais do agente de inteligência artificial.

O Brasil tem uma oportunidade única para estabelecer um marco regulatório que promova confiança e, ao mesmo tempo, estimule investimentos e inovação. Para isso, é essencial que não se crie um ambiente de insegurança jurídica que, em vez de proteger, acabe por atrasar o desenvolvimento tecnológico e a competitividade do país. Ao adotar uma abordagem equilibrada, o Brasil envia ao mundo a mensagem de que é possível conciliar inovação com responsabilidade, criando as bases para um ecossistema digital sólido e competitivo.

O Brasil precisa turbinar seus motores para garantir protagonismo em aplicações inovadoras de IA e não colocar um freio para nos suprimir dessa transformação na eficiência produtiva. Nesse sentido, excluir os sistemas de IA aplicados às telecomunicações da classificação de “alto risco” é uma decisão que equilibra responsabilidade e visão de futuro, necessária para a superação dos enormes desafios que enfrentaremos para garantir uma posição de destaque do país nesta nova fronteira do conhecimento.